

ENSINO DA TRANSITIVIDADE VERBAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DAS CONCEPÇÕES GRAMATICAIIS AOS MANUAIS DIDÁTICOS

*Cintia Rodrigues Araújo Coelho (UECE)**
*Wilson Júnior de Araújo Carvalho (UECE)***
*Cássio Florêncio Rubio (UNILAB)****

RESUMO

Neste trabalho apresentamos as concepções de transitividade verbal, levando em conta as relações entre o verbo e outros elementos oracionais, sob as perspectivas da gramática tradicional (CUNHA; CINTRA, 2001) e da gramática descritiva (PERINI, 2010; CASTILHO, 2012). Analisamos ainda a abordagem da temática em dois manuais didáticos (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2008; CEREJA; MAGALHÃES, 2012) utilizados em escolas públicas do Ceará, com o intuito de refletirmos sobre o ensino da transitividade na educação básica. Nosso estudo revela que, além da adoção exclusiva das prescrições da gramática tradicional, há uma tendência reducionista nesses manuais, ocasionando, para o aluno da educação básica, uma série de dificuldades quanto à compreensão da transitividade verbal.

Palavras-chave: Transitividade verbal; Ensino; Educação básica.

ABSTRACT

In this paper we present the concepts of verbal transitivity, taking into account the relationship between the verb and other sentence elements, from the perspectives of traditional grammar (CUNHA; CINTRA, 2001), and descriptive grammar (PERINI, 2010; CASTILHO, 2012). We also analyze approaching of this topic in two textbooks (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2008; CEREJA; MAGALHÃES, 2012) used in public schools of Ceará, in order to reflect on the transitivity teaching in basic education. Our study reveals that, besides the exclusive adoption of the requirements of traditional grammar, there is a reductionist tendency in these textbooks, causing, to the student of basic education, a number of difficulties regarding the understanding of verbal transitivity.

Keywords: Verbal transitivity; Teaching; Basic education.

* Mestre em Linguística Aplicada (PosLA/UECE)

** Professor Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (PosLA/UECE)

*** Professor da Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

INTRODUÇÃO

É consenso afirmar que o ensino de Língua Portuguesa, no Brasil, tem passado por mudanças. As diretrizes oficiais para a educação básica são uma tentativa de aliar as pesquisas acadêmicas ao ensino de língua na escola, objetivando alcançar maior eficácia na aprendizagem dos alunos. Em relação ao ensino de gramática, os estudos sobre produção e recepção de textos desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística Textual (CONTE, 1977; FÁVERO; KOCH, 1983; MARCUSCHI, 1983) motivaram a busca por novas metodologias nas quais não mais se concebe um tratamento descontextualizado dos conceitos gramaticais, conforme preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Na perspectiva de uma didática voltada para a produção e interpretação de textos, a atividade metalinguística deve ser instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua que o professor seleciona e ordena no curso do ensino-aprendizagem. Assim, não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. (BRASIL, 1997, p.28)

Nesse sentido, teria havido, na opinião de Neves (2012), uma mudança no paradigma do ensino de gramática na medida em que esse conteúdo teria passado a ser abordado de forma *contextualizada* na escola. Entretanto, pode-se questionar se essa mudança significou avanço, pois, apesar do uso dos textos nas aulas de análise linguística, constata-se que a abordagem dos conteúdos gramaticais ainda está pautada pela tradição, exemplificada pela classificação estanque dos elementos gramaticais. Nesse sentido, as mudanças no ensino ainda não foram suficientes para acabar com a hegemonia da Gramática Tradicional (GT) em nossas escolas, considerando que os estudos gramaticais nessas instituições de ensino baseiam-se preferencialmente em suas prescrições, que, geralmente são vistas pelos educadores como absolutas, impedindo que os alunos desenvolvam uma reflexão crítica sobre a organização da língua.

Para Antunes (2014), que também discute o uso irreflexivo da GT em nossas escolas, nessas instituições de ensino, os preceitos gramaticais “são apresentados como peças engessadas de uma língua homogênea, abstrata, descontextualizada, fora das indeterminações naturais da situação em que é usada” (ANTUNES, 2014, p. 72). Esse quadro desconsidera as orientações dos parâmetros norteadores do ensino que defendem uma abordagem funcional dos conteúdos gramaticais, pois, conforme apontam os PCN de Língua Portuguesa,

[...] deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência não pode ser a gramática tradicional. A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar. O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos. (BRASIL, 1997, p. 28)

A questão da transitividade verbal é um dos exemplos da abordagem hegemônica e pouco reflexiva do ensino de gramática na escola. Como a GT é a opção comumente oferecida para pensar sobre as relações que o verbo mantém com os outros elementos oracionais, o aluno aceita o que é imposto, apesar das indagações que surgem quando, ao refletir sobre os usos sociais da categoria

verbal, percebe, intuitivamente, as lacunas que a abordagem gramatical tradicional não consegue preencher. Ao aluno, é vetada a possibilidade de analisar a transitividade verbal a partir de outras perspectivas teóricas e de refletir sobre a relevância de abordagens distintas da GT.

A transitividade verbal constitui o foco de análise deste artigo em que discutimos as relações entre o verbo e os outros elementos oracionais à luz da Gramática Tradicional e da Gramática Descritiva, o que nos permitirá analisar como dois manuais didáticos abordam o ensino da transitividade verbal na educação básica.

Para esse fim, travaremos contato, inicialmente, com a Teoria da Valência (BORBA, 1996), que nos permitirá posteriormente analisar a valência verbal sob a ótica da Gramática Descritiva (PERINI, 2010; CASTILHO, 2012), em comparação com a abordagem da Gramática Tradicional, em especial a proposta de Cunha e Cintra (2001), frequentemente utilizada por docentes na educação básica. Por fim, propomos uma reflexão sobre o ensino da transitividade verbal na educação básica por meio da análise de como dois manuais didáticos (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2008; CEREJA; MAGALHÃES, 2012) abordam o tema.

1. TEORIA DA VALÊNCIA VERBAL

Em sua teoria gramatical, Borba (1996) prioriza a função cognitiva da linguagem para explicitar suas reflexões sobre a transitividade das categorias lexicais, expondo como o falante determina quais as relações existentes entre essas categorias no momento da produção de seu discurso. Seus estudos retomam as propostas sintáticas de Tesnière (1965) associadas à gramática de casos elaborada por Fillmore (1968), resultando em uma *teoria de predicados*, na qual as categorias lexicais são estudadas a partir das relações de dependência/independência que mantêm entre si.

Essa teoria pressupõe que falar é predicar, ou seja, que a atividade verbal é centrada em um núcleo comunicativo, o predicado, responsável pela organização oracional. A partir dessa premissa, Borba (1996) defende que o item lexical na função de predicado determina quantos elementos serão necessários para torná-lo completo de significação. Essa constatação é a base da Teoria da Valência, construída a partir do princípio da relação de dependência entre os itens de um enunciado. O termo *valência*, algumas vezes empregado em lugar do termo tradicional *transitividade*, significa o número de casas vazias, também chamadas de *argumentos*, que um predicador precisa preencher para completar seu sentido¹.

O conceito da valência verbal, adotado nos estudos de Borba (1996), parte da visão de Tesnière (1965), para quem o verbo é o núcleo oracional que funciona como uma espécie de polo imantado capaz de atrair um número determinado de elementos que manterão com este uma relação de dependência. A visão de dependência entre os termos será essencial para estabelecer a teoria da valência verbal, pois os termos constituintes de uma oração serão determinados a partir das relações estabelecidas entre predicador e complementos. Nesse sentido, Borba (1996) expande a visão de Tesnière (1965) e defende que a valência de um verbo pode ser considerada pelos aspectos quantitativos, sintáticos e semânticos, definidos a partir dos argumentos que serão necessários à completude do sentido do verbo.

¹ *Valência verbal*, na teoria desenvolvida por Borba (1996), corresponde, em linhas gerais, ao que a Gramática Tradicional denomina *transitividade* (CUNHA; CINTRA, 2001). Neste estudo, empregaremos *valência*, para nos referirmos à *transitividade*, somente quando tratarmos da Teoria da Valência ou dos estudos baseados na Gramática Descritiva, quando estes adotarem o termo em questão.

A valência quantitativa refere-se ao número de argumentos que um predicador pode ter. A valência sintática refere-se às classes morfológicamente determinadas que possam preencher os argumentos de um predicador, enquanto a valência semântica diz respeito às características temáticas das classes possíveis para o preenchimento dos argumentos.

Borba (1996) define ainda que os elementos que preenchem os argumentos de um verbo podem funcionar como sujeito ou como complemento. Esses elementos seriam essenciais à realização semântica do verbo enquanto os elementos que não mantêm essa relação direta funcionariam como *especificadores*, *adjuntos* ou *circunstantes*. Em resumo, os argumentos são necessários à composição do sentido do predicador enquanto os adjuntos acrescentam dados para a compreensão da mensagem.

O conceito de valência verbal expande o conceito de transitividade verbal da GT, pois trata de forma mais ampla as relações entre o verbo e os outros constituintes da oração. Essa teoria perpassa a abordagem das gramáticas descritivas analisadas neste artigo e é fundamental para compreendermos as diferenças entre estas e a Gramática Tradicional no tratamento do tema aqui exposto.

Tratamos a seguir das diferentes abordagens sobre transitividade verbal, elencando os pontos principais que distinguem a visão das gramáticas descritivas da visão da abordagem tradicional.

2. CONCEPÇÕES SOBRE VALÊNCIA/TRANSITIVIDADE VERBAL

2.1. Transitividade verbal na gramática tradicional

A Gramática Tradicional ou Normativa inicia o estudo da predicação verbal a partir do conceito de oração como um enunciado que contém verbo. O verbo é visto como núcleo de um predicado verbal, sendo classificado de acordo com a plenitude de sua ação dentro do enunciado. Nessa abordagem, o verbo e o sujeito são vistos de forma equivalentes, como no esquema exposto em Cunha e Cintra (2001), representado na Figura 1.

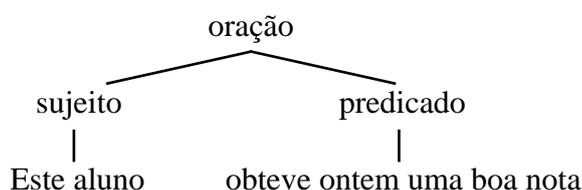


Figura 1: Representação dos constituintes de uma oração na GT / Fonte: Cunha e Cintra (2001, p. 122)

Essa equivalência entre sujeito e verbo ocasiona a definição de verbo intransitivo como um verbo que não necessita de complemento. Nessa visão, consideram-se complementos apenas os elementos elencados à direita do verbo. Assim, para a GT, a oração será constituída por duas unidades maiores: o sujeito, cujo núcleo será um sintagma nominal, e o predicado, que tem como núcleo um sintagma verbal, como exposto abaixo. Na Figura 2, podemos verificar também a visão dos autores quanto à hierarquização entre os elementos constituintes da oração.

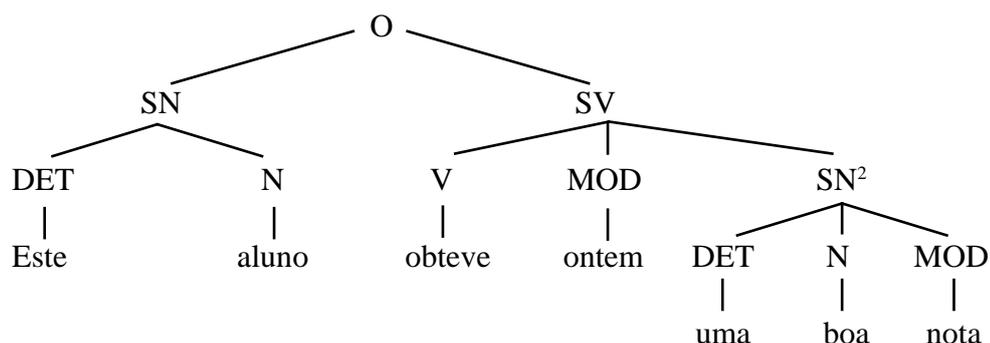


Figura 2: Hierarquização dos elementos constituintes da oração na GT / Fonte: Cunha e Cintra (2001, p. 124)

A gramática organizada por Cunha e Cintra (2001) segue a conceituação tradicional do predicado, diferenciando o predicado nominal do predicado verbal. Para os autores, “o predicado verbal é aquele que tem como núcleo um verbo significativo. Verbos significativos são aqueles que trazem uma ideia nova ao sujeito” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 135).

Ao analisarmos essa declaração, podemos concluir que o foco da definição encontra-se no sujeito e não no verbo, uma vez que o verbo é definido a partir de sua relação semântica com o sujeito. Entretanto, ao classificar os verbos como transitivos ou intransitivos, o foco recai sobre o verbo, o que vem demonstrar que não há um consenso na delimitação da hierarquia dos elementos considerados nucleares na oração.

Para Cunha e Cintra (2001), a transitividade verbal é definida a partir da autonomia da ação verbal, pois esses autores classificam como intransitivos os verbos que concentram integralmente a ação verbal em si e, como transitivos, os verbos que comungam com outros elementos a sua ação.

Em relação aos verbos transitivos, há ainda a subclassificação em transitivos diretos, transitivos indiretos e transitivos diretos e indiretos, justificada somente pelo critério sintático do uso ou não da preposição na ligação entre o verbo e os elementos que completam seu sentido. Nesse caso, somente estão sendo considerados os elementos essenciais ao verbo, denominados na GT como objeto direto e objeto indireto.

Os elementos que não mantêm relação restrita com o predicado são classificados como termos acessórios da oração, cujo objetivo seria especificar a informação trazida pelo verbo. Podemos dizer, portanto, que as relações semânticas entre o predador e os outros elementos da oração são pouco exploradas na GT, se considerarmos que as análises focam apenas a organização sintática da oração, realizando um estudo fragmentado da comunicação verbal.

2.2 Valência verbal na gramática descritiva

Neste tópico, abordamos o tema da valência verbal sob a ótica da Gramática Descritiva (GD). A GD analisa a língua a partir de seus usos sociais no momento da interação verbal. Apresentamos os estudos da predicação verbal, empreendidos por Castilho (2012) e Perini (2010), a fim de visualizarmos as semelhanças e diferenças destas abordagens em relação à GT.

Em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, Castilho (2012) trata a predicação como um fenômeno referente à sentença, problematizando inicialmente os múltiplos conceitos atribuídos a esse componente da língua. O autor afirma que a variedade de percepções acerca da sentença advém da consideração de que esta é uma estrutura gramatical, uma estrutura semântica e uma estrutura discursiva, na qual está presente o processo de predicação. Nesse ponto, Castilho (2012) adota um conceito elaborado pela Gramática Gerativa para compor a ideia de predicação defendida em seu trabalho.

A predicação pode ser definida como um processo de atribuição de traços semânticos. Um predicador transfere traços semânticos ou papéis temáticos a seu escopo. Nesse sentido, predicador e escopos constituem uma estrutura temática, a que corresponde uma estrutura argumental. Diz-se que uma estrutura temática está *saturada* quando todos os papéis temáticos foram preenchidos por argumentos ou adjuntos. Esse conceito procede da Gramática Gerativa. (CASTILHO, 2012, p. 243).

Na definição adotada por Castilho (2012), podemos observar que a predicação é considerada um fenômeno semântico-sintático realizável no âmbito da sentença e que sua estrutura baseia-se nos arranjos lexicais dos sintagmas que a compõem e nas funções atribuídas a esses sintagmas. Nesse caso, a valência verbal seria uma propriedade da sentença, construída a partir das lacunas abertas pelos verbos que a compõem.

Ao tratar dos elementos constituintes de uma sentença, o autor classifica o sujeito como um argumento externo porque é gerado fora do sintagma verbal, enquanto os complementos seriam argumentos internos ao sintagma verbal. Castilho (2012) também adota o termo *adjunto* para classificar os elementos que não são selecionados pelo verbo e que podem, portanto, movimentar-se livremente na sentença.

Observamos que, para Castilho (2012), a noção de transitividade/valência precisa ser compreendida a partir das relações sintáticas e semânticas dos termos de uma sentença. Acreditamos que compreender como essa relação é responsável pela construção de sentido é mais produtivo do que simplesmente fragmentar e classificar os termos que constituem uma sentença.

Perini (2010) também aborda a transitividade/valência verbal a partir dos preceitos da Teoria da Valência. Em sua *Gramática do Português Brasileiro*, o autor inicia o estudo da predicação problematizando a sentença verbal e nomeando de *construção oracional* o que corresponderia à oração na Gramática Tradicional. Nessa abordagem, a construção transitiva seria aquela composta por SN+V+SN. A partir desse conceito de construção enunciativa, Perini (2010) analisa as sentenças levando em conta os papéis temáticos que os sintagmas expressam no processo comunicativo.

Considerando que papel temático diz respeito às “noções relacionais que se apresentam como configurações estruturais, com estatuto comparável às noções de sujeito e objeto em muitas teorias gramaticais” (BORBA, 1996, p.28), podemos relacionar os papéis temáticos às funções que os itens lexicais exercem dentro de uma construção enunciativa além de definir a organização sintática desses itens a partir do predicador. Dessa forma, Perini (2010) diferencia construção transitiva de

intransitiva, considerando tanto o aspecto quantitativo quanto o semântico dos sintagmas nominais exigidos pelo predicador. O autor também considera o sintagma nominal à esquerda do predicador como elemento complementar do sentido expresso pelo verbo.

A distinção entre argumentos e adjuntos na teoria gramatical defendida por Perini (2010) é essencial para a classificação das construções verbais que ocorrem na língua, pois, na análise dessas construções, o gramático diferencia os sintagmas que são relevantes ou não para a efetivação do sentido. Para ele, os argumentos seriam os elementos que mantêm uma relação de dependência com a construção em que estão inseridos, pois só conseguem especificar seu papel temático dentro da construção.

Os adjuntos, por sua vez, são os elementos de uma construção que têm papel temático inerente, ou seja, são semanticamente autônomos, podendo ser acrescentados livremente à construção sempre que adequados. Essa classificação de adjunto, defendida pelo autor, torna a compreensão da transitividade/valência verbal mais coerente, já que expande a atuação de uma categoria lexical que tende a ser tratada de forma restrita na GT. Perini (2010) define o adjunto a partir de sua autonomia semântica, deixando que as construções enunciativas determinem sua função sintática. Já para a GT, os adjuntos são relacionados como termos acessórios independentemente de sua relação semântica com o verbo que, muitas vezes, utiliza os adjuntos como complementos de sua ação.

A falha na abordagem tradicional em relação aos complementos verbais é motivo de muitos conflitos no processo de aprendizagem da transitividade verbal, pois muitos alunos, utilizando seu conhecimento gramatical internalizado, questionam a prescrição da GT quanto à denominação do que é essencial ou não à complementação verbal.

3 ENSINO DA TRANSITIVIDADE VERBAL

Apesar das alternativas teóricas para o tratamento da transitividade/valência verbal, observamos que o ensino de gramática na escola baseia-se exclusivamente na Gramática Tradicional. Essa afirmação parte da constatação de que os manuais de ensino – que são norteadores da prática pedagógica na escola e que poderiam trazer reflexões diferenciadas dos conceitos aqui tratados - limitam-se a reproduzir as prescrições da GT, como podemos observar na análise dos livros *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 2012) e *Português: contexto, interlocução e sentido* (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2008). A escolha pela análise desses livros justifica-se por serem integrantes de coleções adotadas nas escolas públicas do estado do Ceará, onde realizamos nossa pesquisa e atuamos no ensino de Língua Portuguesa.

Na coleção *Português: Linguagens*, a transitividade é abordada no livro destinado ao sétimo ano do ensino fundamental. Os autores iniciam a explanação diferenciando predicado nominal e predicado verbal, com a afirmação de que este último é composto por um verbo significativo.

Transitividade verbal é a necessidade de ter complemento apresentada por alguns verbos. A esses verbos que exigem complemento chamamos de transitivos e aos que não exigem complemento chamamos de intransitivos. (CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p.153)

Após essa explanação, há a definição e exemplificação do objeto direto e objeto indireto, considerados complementos dos verbos transitivos. O assunto é retomado, em seção posterior, na qual os autores explicam as funções dos pronomes pessoais como complementos verbais. Observamos que nessas definições o foco recai sobre as relações sintáticas entre os termos. Em relação aos adjuntos a abordagem utilizada no livro reitera os conceitos da GT, pois os autores apenas discriminam o adjunto adnominal como elemento associado ao substantivo e o adjunto adverbial, como termo associado às circunstâncias verbais. Não há nenhuma referência às relações de construção de sentido entre esses elementos na elaboração de um enunciado verbal.

Na coleção *Português: contexto, interlocução e sentido*, a transitividade é abordada no livro destinado ao segundo ano do ensino médio. Para os autores,

[...] a transitividade verbal é o processo por meio do qual a ação verbal se transmite a outros termos da oração, que atuam como seus complementos. Os verbos que necessitam de complemento são denominados transitivos. Os verbos que não necessitam de complemento são ditos intransitivos. (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2008 p.522)

Após essa definição, Abaurre, Abaurre e Pontara (2008) descrevem os outros termos da oração em duas seções distintas, denominando-os termos integrantes e termos acessórios. No primeiro grupo, incluem os complementos verbais, limitando-os aos objetos direto e indireto. Já no segundo grupo, estão elencados os adjuntos adnominais e adjuntos adverbiais, que são definidos de forma semelhante ao livro analisado anteriormente.

Percebemos que não há nenhuma reformulação dos conceitos de complementos verbais nesses manuais, pois os dois livros analisados se restringem a repetir os conceitos da Gramática Tradicional. Além disso, não há reflexão sobre a relação dos adjuntos adverbiais com as ideias contidas no verbo. Esses elementos são classificados como termos acessórios da oração, o que leva a uma análise limitada sobre seu papel na construção do sentido dos enunciados verbais.

Essa afirmação fica evidente quando analisamos um dos exemplos retirados do manual do ensino médio. No exemplo apresentado na Figura 3, Abaurre, Abaurre e Pontara (2008) se limitam a classificar os termos considerados adjuntos adverbiais como denotadores de circunstância de lugar sem especificar a importância destes elementos para a construção do sentido no enunciado.

“Convenhamos, *pegar* Maguary na geladeira é mais fácil que *subir* na árvore.”

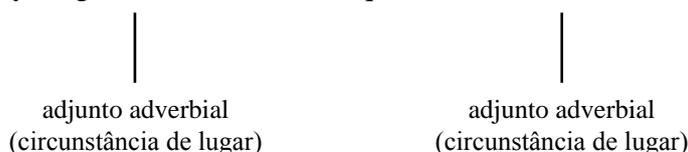


Figura 3: Análise dos elementos oracionais no livro didático
 Fonte: Abaurre, Abaurre e Pontara (2008, p. 324)

Verificamos que, assim como a GT, os livros didáticos privilegiam uma abordagem taxonômica, em detrimento de uma visão reflexiva sobre a organização da língua. Além disso, há um reducionismo das prescrições da GT referentes ao verbo, pois o conceito de transitividade é explorado de forma superficial pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo tratamos da transitividade verbal com o objetivo de expor as relações entre o verbo e os outros elementos oracionais, considerando as concepções da GT e da GD, com o fito de analisarmos como dois manuais didáticos, adotados na educação básica, abordam o ensino do tema nos níveis fundamental e médio.

As discussões realizadas em nosso estudo apontam que a Gramática Tradicional concentra o tema da transitividade na categoria lexical dos verbos. Na GT, os elementos oracionais são dispostos de forma hierárquica e não há espaço para reflexões ou questionamentos acerca dos pontos incoerentes adotados na classificação dos verbos ou dos outros elementos que compõem a sentença oracional. Além disso, verificamos que nem sempre há unidade nos critérios adotados para classificar os verbos e os elementos que o acompanham, pois a classificação desses elementos transita entre os aspectos sintáticos e os aspectos semânticos, sem um ponto de convergência entre si.

Na Gramática Descritiva, verificamos que o tratamento da transitividade/valência verbal considera, sobretudo, que a predicação é um fenômeno semântico-sintático realizável no âmbito da sentença. Assim, o conceito de transitividade/valência se expande para a sentença, baseando-se nos arranjos lexicais dos sintagmas que a compõem e nas funções assumidas por esses sintagmas no momento da interação verbal. Nesse caso, as categorias lexicais não são estanques, o que amplia a compreensão da relação semântica entre os componentes oracionais e possibilita uma análise mais ampla da organização do sistema linguístico.

Ao analisarmos dois manuais didáticos utilizados na educação básica, evidenciamos a hegemonia da Gramática Tradicional no tratamento da transitividade/valência na escola. Os livros didáticos analisados apresentam o tema da transitividade exclusivamente à luz da GT, restringindo o estudo da sintaxe a uma única perspectiva teórica. Também evidenciamos que os livros didáticos não exploram os preceitos da GT de forma aprofundada. Essa perspectiva adotada pelos manuais de ensino traz duplo prejuízo para o aluno da educação básica: o aluno tem acesso a uma única visão do tema da transitividade/valência, a qual, como vimos, apresenta muitas lacunas, e, além disso, essa visão é apresentada de forma parcial, ocasionando muitos dilemas quanto à compreensão da relação entre os componentes oracionais.

Em face do exposto, concluímos este artigo defendendo a ideia de que se deve observar a multiplicidade apresentada pelos PCN de Língua Portuguesa, que destacam a importância de diferentes teorias linguísticas no ensino de língua portuguesa na escola. A abordagem gramatical descritiva, apresentada neste estudo, é uma pequena amostra de como o tema da transitividade/valência verbal pode ser tratado de uma forma mais abrangente, tornando o estudo da sintaxe mais produtivo.

Os estudos baseados em concepções da GD, que têm como foco a análise de construções enunciativas plenas de sentido, podem favorecer a formação de um olhar investigativo e reflexivo sobre a organização linguística que rege os processos de interação verbal, conforme preconizam os PCN (BRASIL, 1997).

Ao oferecer uma única forma autorizada de pensar sobre os preceitos gramaticais, baseada na tradição prescritiva da GT, a escola reforça o conceito de língua cristalizada, passível de análises estanques, que não permitem ao aluno refletir sobre a dinâmica envolvida no processo de comunicação verbal. Essa postura é um entrave ao desenvolvimento de usuários críticos e reflexivos da língua.

É necessário, portanto, que a escola reformule seus conceitos e abra espaço em seu currículo para novas formas de pensar, auxiliando os alunos a se tornarem, de fato, usuários proficientes da língua em todas as suas modalidades.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M.; ABAURRE, M. L. M.; PONTARA, M. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008.

ANTUNES, I. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. São Paulo: Parábola, 2014

BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em 13 de outubro 2015.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T.C. **Português: linguagens**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CONTE, M. E. **La linguística textuale**. Milano: Feltrinelli, 1977.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FÁVERO, L.L.; KOCK, I.V. **Linguística Textual: Introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

FILLMORE, C. J. The Case for Case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (org.). **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1968. p. 1-18.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola, 2012.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Klincksieck, 1965.